

A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas

Ethics as a dialogical exercise
in qualitative research

La ética como un ejercicio dialógico
en la investigación cualitativa



Ana Paula Müller de Andrade



Professora, Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati, Paraná, Brasil

RESUMO

Este artigo discute a relevância de considerar a ética como um exercício dialógico no campo das pesquisas qualitativas, considerando que os encontros e as relações com outros sujeitos, singulares e coletivos, interpelam as/os pesquisadoras/es de diferentes maneiras. Nesta abordagem metodológica, pesquisar significa fazer parte de um campo de encontros, de relações e de processos de subjetivação, decorrentes da tensão entre sujeitos, suas subjetividades e alteridades. As reflexões versam sobre algumas questões éticas que emergiram em encontros e relações no transcorrer de uma pesquisa etnográfica, cujo objetivo foi analisar os efeitos da transformação cultural em relação à loucura na produção de subjetividades de usuários e usuárias dos serviços de saúde mental. Destaca-se o estatuto epistemológico conferido ao saber produzido por esses sujeitos em suas experiências sociais, bem como as questões que envolvem o anonimato, o consentimento e a etapa de devolutiva dos resultados da pesquisa. Por fim, argumenta-se sobre a necessária articulação entre as normativas e os princípios éticos produzidos no âmbito científico e profissional e o exercício de uma ética dialógica e negociada no âmbito dos encontros e das relações inerentes às pesquisas qualitativas.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa. Ética em pesquisa. Subjetividade.



ABSTRACT

The article discusses the relevance of considering ethics as a dialogical exercise in the field of qualitative research, considering that encounters and relationships with other subjects, both individual and collective, challenge researchers in different ways. In this methodological approach, researching means becoming part of a field of encounters, relationships, and processes of subjectivation, arising from the tension between subjects, their subjectivities, and alterities. The reflections address some ethical issues that emerged in encounters and relationships during the course of an ethnographic research, whose objective was to analyze the effects of cultural transformation regarding madness in the production of subjectivities of users of mental health services. The epistemological status granted to the knowledge produced by these subjects in their social experiences is highlighted, as well as the issues involving anonymity, consent, and the stage of returning the research results. Finally, it argues for the necessary articulation between the norms and ethical principles established within the scientific and professional spheres and the practice of a dialogical and negotiated ethics in the context of the encounters and relationships inherent in qualitative research.

Keywords: Qualitative research. Research ethics. Subjectivity.

RESUMEN

Este artículo discute la relevancia de considerar la ética como un ejercicio dialógico en el campo de la investigación cualitativa, teniendo en cuenta que los encuentros y las relaciones con otros sujetos, tanto singulares como colectivos, interpelan a las/os investigadoras/es de diferentes maneras. A partir de este enfoque metodológico, investigar significa formar parte de un campo de encuentros, de relaciones y de procesos de subjetivación, derivados de la tensión entre los sujetos, sus subjetividades y alteridades. Las reflexiones abordan algunas cuestiones éticas que emergieron en encuentros y relaciones a lo largo de una investigación etnográfica, cuyo objetivo fue analizar los efectos de la transformación cultural en relación con la locura en la producción de la subjetividad de usuarios y usuarias de los servicios de salud mental. Se destaca el estatuto epistemológico otorgado al saber producido por estos sujetos en sus experiencias sociales, así como las cuestiones que involucran el anonimato, el consentimiento y la etapa de devolución de los resultados de la investigación. Por último, se argumenta a favor de una articulación necesaria entre las normativas y los principios éticos producidos en el ámbito científico y profesional, así como del ejercicio de una ética dialógica y negociada en el marco de los encuentros y las relaciones inherentes a la investigación cualitativa.

Palabras clave: Investigación cualitativa. Ética en la investigación. Subjetividad.

Andrade, A. P. M. de. (2025). A ética como exercício dialógico nas pesquisas qualitativas.

Revista Ética na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, 1(2), 133-145.

Autora de correspondência: Ana Paula Müller de Andrade (anamullerdeandrade@gmail.com).



Encontros e relações: matéria-prima da pesquisa qualitativa

O encontro com o outro catalisa reflexões e inquietações. Produz relações, que são a matéria-prima da pesquisa qualitativa. Nesta abordagem metodológica, pesquisar significa fazer parte de um campo de produção de encontros, de relações e de processos de subjetivação, decorrentes da tensão entre sujeitos, suas subjetividades e alteridades. A partir desse campo, este trabalho discute algumas questões éticas que emergiram em encontros e relações no transcorrer de uma pesquisa etnográfica, realizada nos anos de 2015 e 2016. A pesquisa objetivou analisar os efeitos da transformação cultural em relação à loucura na produção de subjetividades de usuários e usuárias dos serviços de saúde mental e, para tanto, produziu encontros e relações com pessoas que frequentavam um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), na condição de usuárias. O intervalo entre a execução da pesquisa e a produção deste texto foi um aliado para as reflexões aqui apresentadas, especialmente sobre as questões éticas que envolvem o encerramento das pesquisas.

Entendo que os encontros e as relações de pesquisa convocam nossos afetos e se produzem de modos singulares, ou seja, dispomos nossos corpos para dar passagem a intensidades, diferenças, estranhamentos e também ao imprevisível, o que exige um exercício ético constante. Como argumentou Quinaglia Silva (2023, pp. 8-9), a partir das “afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei, a ética não deve se reduzir a procedimentos. Há negociações constantes em campo com nossas/os interlocutoras/es”.

Além de normativas e procedimentos que garantam a preservação de relações respeitadas no desenvolvimento das pesquisas, o exercício exigido é de uma ética dialógica e negociada, produzida no cotidiano, ante situações novas, imprevistas e catalisadoras de reflexões e inquietações, como discutirei aqui. Entendo que os princípios e as normativas éticas que amparam as pesquisas, sejam elas quantitativas ou qualitativas, são resultantes de demandas sociais e disputas do campo científico, ou seja, correspondem a períodos sócio-históricos e culturais específicos, ou de um mesmo tempo histórico, mas com demandas específicas, a exemplo das Resoluções nº 196/1996 (Brasil, 1996), 466/2012 (Brasil, 2012) e 510/2016 (Brasil, 2016). Elas são, assim, resultantes de demandas sociais e das disputas do campo científico (Bourdieu, 1993).

Ao discutir sobre a ética como a forma refletida que a liberdade assume, Foucault (1994) nos auxilia a compreendê-la como um exercício cotidiano do pensamento para avaliar situações. Trata-se, segundo o autor, de um tipo de relacionamento que os sujeitos estabelecem consigo e com os outros. Em suas palavras, é uma prática de si.

No meu ponto de vista, é um exercício que tenho compartilhado com interlocutoras/es em diferentes pesquisas com sujeitos que tensionam não só as categorias próprias do campo da saúde mental (Andrade, 2018), como loucura e doença mental, como também categorias do campo



científico, como anonimato e consentimento. Tal como sugerem Langdon et al. (2008, p. 132): “O objeto de nossas pesquisas, ‘o outro’, virou sujeito político, com capacidade de decidir sobre sua própria vida”. Segundo as autoras, a preocupação nas pesquisas qualitativas em saúde estaria mais voltada para os modos “como as pessoas percebem e agem diante das situações vividas” do que com as fronteiras culturais (Langdon et al., 2008, p. 132).

Assim, no encontro com o “outro” tenho buscado estabelecer um diálogo horizontal, simétrico, em que os discursos “nativo” e “científico” alcançariam o mesmo estatuto, preponderando o caráter relacional e reflexivo. Entendo, tal como argumentou Tornquist (2003, p. 71), que “cada vez mais os nativos são ativos. . . Eles igualmente nos classificam em suas categorias prévias e também querem trocar – participam do espírito da dádiva que concedem”.

A pesquisa supramencionada foi apresentada aos/às usuários/as de um CAPS e acolhida por muitos/as deles/as, o que tornou nossa convivência agradável e produtiva ao longo dos quinze meses de trabalho de campo. Os principais procedimentos de pesquisa envolviam entrevistas individuais semiestruturadas e observação participante, realizadas semanalmente. Em dado momento do trabalho de campo, minha convivência se intensificou com uma usuária, em razão da singularidade dos nossos encontros e da relação produzida entre nós.

Em nosso primeiro encontro, quando fiz referência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) necessário à sua participação, ela não pareceu dar muita importância e pediu que eu o lesse, já que ela não sabia ler as letras. Sabia escrever seu nome, no seu tempo e caligrafia. Ao final da leitura feita por mim, ela assinou o documento. Contudo, o consentimento, como parte do exercício ético, teve que ser reafirmado em outros momentos da pesquisa. Um deles foi quando ela me disse que seria importante buscarmos sua “ficha corrida” nos hospitais psiquiátricos em que havia sido internada. O outro foi durante a produção e publicação de um livro, em múltipla autoria, no qual ela exigiu que o anonimato fosse desconsiderado. Doravante, concentrar-me-ei nesses dois episódios.

Essa usuária se chama Clarice, esse é o seu nome civil. Ela é uma mulher, autodeclarada branca, à época com 56 anos, pertencente às classes populares. As reflexões apresentadas aqui dizem respeito ao processo de produção do livro e não ferem os princípios éticos relacionados ao anonimato, uma vez que ele foi dispensado por ela. Contudo, ressalto que, em nossa convivência intensa, tive acesso a muitos outros dados que não serão compartilhados, em razão do exercício ético construído com ela ao longo do tempo.

Como parte do exercício ético consolidado com ela e com outras/os interlocutoras/es, considerei com seriedade os encontros, as relações e os saberes produzidos pelas/os interlocutoras/es, como já havia feito em pesquisas anteriores. Como discutido em Andrade e Maluf (2017), o reconhecimento da importância das experiências dos sujeitos e do saber produzido por eles em busca do alívio de



seus sofrimentos incrementa as possibilidades de diálogo e compreensão de diferentes fenômenos do campo da saúde mental.

Nesse sentido, o exercício ético a ser produzido precisa considerar que os encontros são intersubjetivos, entendendo que toda e qualquer ação de pesquisa tem seu impacto tanto em nós quanto nos grupos ou indivíduos com os quais trabalhamos. Eles interferem nos modos de subjetivar, seja por nossa simples presença em campo, seja pelo poder simbólico que exercemos sobre determinados grupos e que eles exercem sobre nós.

O compromisso ético-político com a dádiva

No primeiro encontro individual que tivemos, Clarice trouxe consigo uma mala onde guardava os materiais que havia armazenado ao longo de vinte e três anos, após ter ingressado em um serviço de saúde da atenção básica, também chamado vulgarmente de “postinho”. Os materiais que compunham a mala eram relativos à saúde, à reforma psiquiátrica e à saúde mental. Alguns eram relativos à sua vida pessoal, como convites para formaturas. Constituíam-se em recortes de jornal, fotografias, certificados, crachás e encartes de congressos científicos, medalhas de jogos esportivos, convites de aniversário e formaturas, documentos, dentre outros. Depois de quase uma hora de conversa mediada pelos materiais da mala, já ao final desse encontro, com certa irreverência, ela me deixou guardando o que havia sido tirado da mala para ir fumar e me disse: “tem que fazer alguma coisa com isso tudo aí”.

Nessa interpelação, ela fazia referência a algo que imaginava que pudesse ser feito com todo aquele material e, como entendi, não se tratava exclusivamente do que poderiam ser os resultados e/ou produtos de uma pesquisa acadêmica. No meu entendimento, era um pedido do que denominamos no campo da ciência como “devolutiva de pesquisa” ou “restituição”, ou seja, um compromisso ético e político com a dádiva concedida.

Em texto onde faz um balanço bibliográfico sobre o tema da devolução de dados numa literatura antropológica contemporânea, Fleischer (2022) argumenta sobre a importância de ponderar a perspectiva dos sujeitos da pesquisa para a revisão das etapas do estudo, especialmente as referentes ao “pós-estudos”. Para a autora, a etapa da devolutiva das pesquisas envolve um ritual complexo e pode assumir distintos significados. Como discutido por ela como um dos consensos sobre a temática, entendo que, “por fazer[em] parte de todo o processo da pesquisa, os resultados não são compreendidos como separados dos dados. E podem ser apresentados de modo prévio, parcial e preliminar, em vários momentos do convívio científico” (Fleischer, 2022, p. 9).

Não se tratava, porém, de qualquer serviço de saúde mental. Eram serviços que buscam produzir o cuidado territorial e comunitário, tendo como horizonte político os processos de desinstitucionalização. Neles, era possível exercer um mínimo de liberdade. Tal como sugeriu Foucault (1994, p. 237):



O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar.

Esse mínimo de liberdade, nesse caso, possibilitou o exercício de uma ética dialógica e cotidiana e a produção de práticas de resistência aos saberes hegemônicos e ao caráter puramente prescritivo das normas. As experiências de Clarice, assim como as de outros sujeitos com quem dialoguei durante essa e outras pesquisas, indicaram algumas transformações socioculturais e políticas desencadeadas pela política pública de saúde mental. Como apontou Lavrador (2012, p. 417), tal política parece ter produzido “outras formas de lidar com a loucura, acolhendo sua alteridade, abrindo portas em todos os sentidos e desobstruindo a potência de invenção de possíveis”.

No encontro com o “postinho” – representante de uma mudança significativa do sistema de saúde no Brasil, do hospital para o território –, Clarice iniciou seu acervo reunindo as fotos que estavam em uma pasta e que seriam dispensadas pela equipe. Além das fotos, passou a arquivar também recortes de jornal. Como não sabia ler as letras e os números, criou uma estratégia própria para saber onde e quando encontrar os jornais com notícias sobre saúde mental. Tal estratégia está descrita em Silva et al. (2016).

Clarice reconhecia a relevância do seu trabalho de “guardiã da memória”, bem como de sua experiência de vida e de suas conquistas. Foi seu posicionamento ético, sua maneira de desejar e de afirmar sua singularidade que permitiram compor um vasto material de perspectiva histórica, engajando-se nos processos de desinstitucionalização do CAPS e nos movimentos da luta antimanicomial. Esse engajamento ocorreu quando ela ingressou no Sistema Único de Saúde (SUS) pela porta de uma unidade básica e, ao ser acolhida, deu início a um processo que ela mesma definiu como uma “superação” de uma série de dificuldades impostas pelas circunstâncias de sua vida (Silva et al., 2016).

A sua preocupação com a fixação das histórias através do arquivamento de registros sobre o CAPS e a política pública de saúde mental remetia a processos de singularização, que, segundo Guattari e Rolnik (2008, p. 56),

... têm em comum um devir diferencial que recusa a subjetivação capitalística. Isso se sente por um calor nas relações, por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade, por uma vontade de viver ou sobreviver, pela multiplicidade dessas vontades.

Como mencionado, ao final do nosso primeiro encontro, fui interpelada a pensar sobre o que poderia fazer com todo aquele material. Concordei com ela, dizendo que tinham muitas coisas que poderiam ser feitas com ele, afinal preenchia uma mala de 23 quilos que ficava guardada no CAPS.



Sugeri que ela também pensasse sobre o que gostaria que fosse feito. Eu pensava que o que estávamos imaginando que pudesse ser feito poderia não ser o mesmo. Nossas perspectivas podiam ser distintas.

Lembrava dos argumentos de Viveiros de Castro (2002) sobre a relatividade do “nativo”. Segundo o autor, esse outro com quem lidamos não pode ser tomado como um “outro” substantivado, mas sim como “outrem”, apontando para o devir que atravessa este objeto “subjetificado”. Como ele argumenta: “Que o nativo seja um sujeito, não há a menor dúvida; mas o que pode ser um sujeito, eis precisamente o que o nativo obriga o antropólogo a pôr em dúvida” (Viveiros de Castro, 2002, p. 117, ênfase adicionada). Essa obrigação decorre de encontros etnográficos que trazem à tona mundos nem sempre partilhados e que necessitam ser percebidos por nós. O exercício com a alteridade também é um exercício ético, que permite reconhecer que cada sujeito apreende o mundo segundo seu ponto de vista.

No meu ponto de vista, o material armazenado por Clarice me permitia percorrer sua produção subjetiva, seu modo de inscrever-se no mundo, ou seja, seu modo singular de existir e, ao mesmo tempo, acompanhar as transformações da assistência psiquiátrica no Brasil. Eu reconhecia que estava diante de um material importante para as análises que objetivava na pesquisa. Busquei, nos encontros posteriores com ela e com os materiais da mala, algumas pistas do que poderia lhe propor.

Alguns encontros depois, quando lhe fiz a proposta de escrever um livro utilizando os materiais de seu acervo pessoal, questionou-me sobre como seria possível escrever um livro sem conhecer as letras. Propus-lhe uma parceria, um livro com múltipla autoria, o que ela prontamente aceitou (Andrade, 2016, p. 12).

Comentei com ela sobre o livro intitulado “A queda do céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), no qual eles fazem referência a um pacto etnográfico que firmaram entre si tanto para o trabalho de pesquisa de Albert quanto para a elaboração e a publicação do livro. A questão da autoria nas pesquisas provoca dilemas éticos que dizem respeito às relações de poder e aos modos como nos posicionamos e nos relacionamos com as/os interlocutoras/es, ou seja, fazem parte do exercício de uma ética dialógica e crítica.

Combinamos, como parte de nosso exercício ético, um trabalho de múltipla autoria. Ela com o acervo da mala, eu com a escrita das letras. Considerando a complexidade do trabalho que estávamos pretendendo realizar, concordamos em convidar duas trabalhadoras do CAPS, Carmen e Denise – psicóloga e assistente social, respectivamente. Nossa ideia era de que elas contribuíssem com a revisão crítica e a memória, já que acompanhavam Clarice desde seu ingresso na Unidade Básica de Saúde (UBS).



No desenrolar da nossa convivência mais intensa, iniciada em agosto de 2015, fomos produzindo o livro. Em razão de nossos compromissos, meu e dela – que à época auxiliava pessoas com problemas de saúde, encaminhava exames, “pegava ficha” em serviços de saúde, acompanhava pessoas em exames –, nos encontrávamos nas manhãs de terça-feira, no CAPS onde ficava a mala. Inicialmente, a ideia era revisitar os materiais. Diante do volume dos materiais, decidimos fazer a seleção das fotos e dos recortes de jornal que poderiam compor o livro. A cada foto ou recorte selecionado, muitas histórias vinham à tona. Muitas vezes, ela saía da sala para mostrar o material para outras pessoas. Voltava com alguém que queria contar o que lembrava sobre o mesmo. As histórias iam se multiplicando. Decidimos que seria interessante gravar as conversas, eu transcreveria e faria a leitura para Clarice, para que eu pudesse escrever depois. Não funcionou. Era exaustivo. Me dei conta disso em um dos nossos encontros, quando Clarice me disse: “Fica lendo aí que eu vou lá fumar um cigarro”. Decidimos, por fim, que eu escreveria a partir do que era contado nos nossos encontros, o que já seria o texto do livro. Clarice tinha uma participação ativa. Tínhamos que negociar fotos que iriam ou não para o livro.

Como tem um capítulo dedicado à sua história, ela definiu o que deveria ser contado e o que deveria ficar de fora. Como anteposto, o exercício de uma ética dialógica da produção de consentimento para a pesquisa foi considerado mais uma vez. A primeira vez que precisamos produzi-lo foi no início da pesquisa, quando lhe disse que eu poderia ter o consentimento de outra forma que não fosse sua assinatura. No entanto, ela fez questão de assinar o TCLE, dizendo que sabia escrever seu nome e que gostaria de fazê-lo. Agora, ante minhas expectativas de que constasse um pouco de sua história pessoal, ela indicava que deveria constar seu encontro com os serviços de saúde mental e muito pouco sobre sua história pessoal. Assim, me convocava também a uma escrita que respeitasse nosso acordo, ainda que as nossas conversas me possibilitassem construir o texto por vários caminhos. Sustentei nosso acordo quanto ao seu consentimento.

A tensão que se produziu foi com o que eu precisei negociar, já que, contrariando o que eu imaginava que poderia constar no livro, como sua história de vida, ela decidiu que as referências aos seus casamentos e suas/seus filhas/os se resumiriam a dois parágrafos. Ela não queria que tivesse esse “lado”. Eu entendi, após ter analisado nossas distintas perspectivas. Queria que fosse um livro para ajudar quem um dia acessasse os serviços de saúde mental – usuárias/os, profissionais, estudantes, familiares, professoras/es. Fez questão de manter esse eixo de trabalho micropolítico, articulando um dos “lados” de sua história singular com a do movimento coletivo de construção da reorientação psiquiátrica no país.



A questão micropolítica, argumentam Guattari e Rolnik (2008) a partir de Gilles Deleuze, diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas, que chamou de molar, com aquele que chamou de molecular. Para ele, não há uma oposição entre ambos, pois participam conjuntamente das lutas sociais. Se cruzam, como argumenta o autor. A produção subjetiva se dá nesse cruzamento, ou seja, nessa trama histórica que oferece aos sujeitos as condições para a produção de si no registro social.

Dos direitos e deveres dos sujeitos nas pesquisas e a produção de sujeitos de direitos

Enquanto estávamos organizando os materiais que iriam compor o livro, Clarice sugeriu que fôssemos aos hospitais psiquiátricos onde ela havia sido internada para buscar o que chamou de sua “ficha corrida”¹. Eu imaginei que não seria uma tarefa muito fácil, então resolvi preveni-la sobre as possíveis dificuldades e disse: “pode ser difícil, pois o [hospital psiquiátrico] não existe mais. E no [outro hospital psiquiátrico], não sei se vão te dar. Achas importante mesmo ter?”. Ela, então, me respondeu: “Claro. Eles vão me dar sim, é meu. Eles têm que me dar. Eu sei, é meu direito”.

Fomos, então, até o hospital psiquiátrico ainda existente na cidade e, no guichê da recepção, Clarice tomou a frente. Após cumprimentar a secretária, que parecia lhe conhecer, pediu sua “ficha corrida”. A senhora, então, lhe deu um protocolo de pedido, pediu que assinasse e avisou quando ficaria pronto. Quando voltamos, eu imaginei que ela daria uma ficha com as datas das internações e das altas, mas, para minha surpresa, a senhora entregou um envelope com as fotocópias de todos os prontuários da Clarice. Essa mesma senhora nos indicou onde poderíamos conseguir a “ficha corrida” do outro hospital, que, além de ter sido fechado, também havia passado por um incêndio que destruiu parte do seu acervo. Conseguimos a “ficha corrida” de lá também.

Entre o pedido de Clarice para que buscássemos suas “fichas corridas” e o dia agendado para isso, fiz contato com uma integrante do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a fim de resguardar os princípios éticos que orientavam a pesquisa, uma vez que o acesso aos prontuários não estava previsto no projeto. Fui orientada a submeter uma emenda ao projeto e, logo, fazer um adendo também no termo de consentimento. Clarice, assim como eu, concordou com as recomendações.

Nessa situação, dois aspectos são relevantes: o primeiro diz respeito ao fato de eu ter que lidar com os tempos do comitê e da interlocutora, o que exigiu que me exercitasse nesse cruzamento dos tempos institucionais e singulares. O segundo aspecto diz respeito ao tratamento que Clarice dispensava para a sua “ficha corrida”, que parecia se contrapor ao que eu imaginava que deveria ser. No meu ponto de vista, os documentos eram da ordem da sua intimidade e, portanto, não

¹ Folha corrida é um documento emitido pela justiça que comprova a ausência (ou não) de antecedentes criminais. Qualquer brasileiro acima de 18 anos pode solicitá-la gratuitamente, através do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).



necessariamente deveriam ir para a mala. Ela, por sua vez, não via problema nenhum em deixá-los na mala. Depois de algumas conversas, ela me convenceu de que os documentos eram seus e ela faria o que julgasse melhor. Concordei.

Ela afirmava constantemente esse lugar nas nossas negociações, me impondo o exercício da reflexividade, tão necessário para sustentar o compromisso ético-político no âmbito das pesquisas qualitativas. Eu refletia como pesquisadora, antropóloga, psicóloga e sujeito do meu tempo histórico e social, cujas noções de intimidade e privacidade se diferiam das dela. Em outro trabalho (Andrade, 2018), apresentei como as experiências dos sujeitos tensionam as categorias presentes no campo da saúde mental, como loucura e doença mental, e ajudam a reconhecer o caráter heterogêneo deste campo. Nessa experiência, pude reconhecer o quanto outras categorias também deveriam ser tensionadas.

Nessa e em outras situações, Clarice se reconhecia como sujeito de direitos. Não hesitou em nenhum momento ao solicitar sua “ficha corrida”, talvez por seu longo histórico de lutas e conquistas por um outro lugar social para suas experiências de sofrimento. Ela, assim como outros usuários com quem convivi, vinham se produzindo subjetivamente a partir de possibilidades mais ampliadas de assistência psiquiátrica. Eles, assim como todos nós, conviviam com os manicômios de todo tipo, se reposicionando subjetivamente, e também objetivamente, ante suas experiências e as instituições.

Estou tomando aqui a ideia de produção de subjetividade, como descrito anteriormente, como a inscrição que fazemos de nós mesmos no registro social, a partir das possibilidades nele presentes. Aqui, destaco o reposicionamento subjetivo de Clarice que, diante dos manicômios onde estive internada diversas vezes, fez valer o direito de acesso aos seus prontuários médicos.

Os passos, descompassos e laços produzidos nas pesquisas

Estávamos no que eu entendia ser a metade do trabalho para a produção do livro, quando saiu o edital para o lançamento de livros na feira do livro da cidade. A feira ocorria anualmente na praça central do centro histórico da cidade. Clarice disse que queria lançar o livro lá, com o que concordei, ainda que a tenha alertado que um livro levava tempo para ficar pronto. Tivemos alguns embates porque ela entendia que ele teria que ficar pronto para a feira naquele mesmo ano, à revelia das minhas explicações sobre prazos e possibilidades.

Enquanto acelerava o processo da produção do livro para encerrá-lo em tempo hábil para o lançamento na feira, eu buscava produzir razões para a pressa de Clarice em lançá-lo naquele mesmo ano. Eu havia explicado que poderíamos aguardar a próxima feira e conduzir o processo com mais tranquilidade, mas não consegui dissuadi-la da ideia do lançamento naquele mesmo



ano, reconhecendo ali, dentre outras coisas, um descompasso nos nossos tempos. Além disso, reconhecia também que a importância produzida para o lançamento do livro era diferente entre nós, tal como nossas singularidades.

Lançamos o livro em novembro de 2016, na feira do livro e em outros momentos e lugares da cidade, em momentos de visibilidade importantes para todas nós. Antes do lançamento, como era sua estreia como autora de um livro, lhe informei como costumava ser esse ritual e, quando lhe disse que estaríamos numa tenda de autógrafos, combinamos uma maneira para que ela pudesse autografar. A saída que encontramos, para superar a demora e também o esforço que ela teria para assinar várias vezes seu nome, foi fazer um carimbo que reproduzisse sua assinatura. O tipo de carimbo foi escolhido por ela. Na sessão de autógrafos, estavam presentes usuárias/os dos serviços, familiares, trabalhadoras/es, militantes, estudantes, transeuntes, autoridades locais e jornalistas. Registramos o evento em fotografias que compuseram um álbum e que passou a compor o material da mala.

Na semana que antecedeu o lançamento do livro, eu e ela fomos entrevistadas para uma reportagem que foi publicada na versão impressa de um dos jornais da cidade. Separamos um exemplar para que ele também compusesse os materiais da mala. O próprio livro iria para a mala.

Minha relação com Clarice se mantém viva. Fazemos contatos telefônicos, nos encontramos para conversar quando volto à cidade onde ela mora, ela faz exigências de que eu ligue quando estiver na cidade, enfim, sustentamos nossa relação. Acompanho aqui a pergunta feita por Quinaglia Silva (2023, p. 8): “Quando, afinal, acaba uma pesquisa e/ou extensão?”.

A relação que sustentamos não é de pesquisa, mas reconheço que, após eu ter cumprido o prazo determinado no projeto, estive envolvida com as repercussões da pesquisa. O exercício ético foi mantido, buscando articular tanto os procedimentos e as normativas que regulam a pesquisa e a minha profissão de psicóloga, quanto nossos acordos, nossas negociações e nossos consensos.

Por fim, especialmente quanto ao consentimento e ao anonimato como questões permanentes das pesquisas qualitativas, entendo ser importante considerar que eles se produzem em contextos particulares e que devem ser resguardados através do posicionamento ético e político do/a pesquisador/a, amparado/a nas normativas e nos regimentos institucionais que orientam suas ações e no exercício de si mesmo/a nos encontros e nas relações com os sujeitos.

Referências

Andrade, A. P. M. (2016). Apresentação: de onde partem as fragatas. In C. E. D. Silva, A. P. M. de Andrade, C. T. L. Argiles, & D. G. de Matos (Eds.), *Registros, fatos e escritos: memórias e histórias da reforma psiquiátrica* (pp. 9-20). Appris.



- Andrade, A. P. M. de, & Maluf, S. W. (2014). Cotidianos e trajetórias de sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. In J. Ferreira, & S. Fleischer (Orgs.), *Etnografias em serviços de saúde* (pp. 33–55). Garamond.
- Andrade, A. P. M. de, & Maluf, S. W. (2017). Loucos, pacientes, usuários/as, experientes: o estatuto dos sujeitos no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. *Saúde em Debate*, 41(112), 273–284. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711222>
- Andrade, A. P. M. de. (2018). Loucura e doença mental no contexto da política pública de saúde mental no Brasil. In S. Maluf, & É. Silva (Orgs.), *Estado, políticas e agenciamentos sociais em saúde: etnografias comparadas* (pp. 253–264). Editora da UFSC.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 122–155). Ática.
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990)*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Fleischer, S. R. (2022). “Ciência é luta”: devolução das pesquisas sobre o vírus zika em Recife – PE. *Ilha Revista de Antropologia*, 24(3), e84126. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2022.e84126>
- Foucault, M. (1994). *Ditos e escritos* (Vol. 4). Forense Universitária.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2008). *Micropolítica: cartografias do desejo* (9ª ed.). Vozes.
- Kopenawa, A., & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- Langdon, E. J., Maluf, S., & Tornquist, C. (2008). Ética e política na pesquisa: os métodos qualitativos e seus resultados. In I. Guerriero, M. L. S. Schmidt, & F. Zicker (Orgs.), *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde* (pp. 128–147). Hucitec.
- Lavrador, M. C. C. (2012). A psicologia e os desafios contemporâneos da reforma psiquiátrica. In A. M. Jacó-Vilela, & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 408–419). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. <https://doi.org/10.7476/9788579820601>



- Quinaglia Silva, É. (2023). Cartografias em confluências: afetividades emergentes do encontro com a loucura em conflito com a lei. *Saúde e Sociedade*, 32(4), e230453pt. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230453pt>
- Silva, C. E. D., Andrade, A. P. M. de, Argiles, C. T. L., & Matos, D. G. de. (2016). *Registros, fatos e escritos: memórias e histórias da reforma psiquiátrica*. Appris.
- Tornquist, C. S. (2003). Salvar o dito, honrar a dádiva: dilemas éticos do encontro e da escuta etnográfica. *Impulso*, 14(35), 63–74. <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14892983/salvar-o-dito-honrar-a-dadiva-dilemas-eticos-do-unimep>
- Viveiros de Castro, E. (2002). Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In Autor, *A inconstância da alma selvagem* (pp. 345-399). Cosac & Naify.